

# A FORMAÇÃO DO PROFESSOR DE GEOGRAFIA: UMA QUESTÃO INSTITUCIONAL<sup>1</sup>

Núria Hanglei Cacete<sup>2</sup>

## Considerações históricas preliminares

A formação de professores se constitui numa questão central no contexto mais amplo da educação brasileira. Não sem razão vem sendo objeto das atuais reformas educacionais e contemplada no âmbito dos debates acadêmicos e das entidades científicas e profissionais, impondo um aprofundamento da reflexão acerca da natureza e objetivos dos cursos de formação desse profissional.

Apesar da relevância da profissão considerada estratégica no sentido de condicionar decisivamente as oportunidades de desenvolvimento da sociedade e da economia, os cursos de formação docente têm historicamente demonstrado sua falta de êxito reforçando o seu estereótipo de cursos fracos. Os professores são vistos, via de regra, como profissionais despreparados sem capacidade de gerir autonomamente seus saberes.

Podemos afirmar que no Brasil o estabelecimento de um sistema de formação do professor secundário remonta à década de 1930 marcada por uma forte expansão da escolaridade em todos os níveis. Quando da criação das primeiras universidades no país, nesse período, as faculdades de filosofia foram concebidas como núcleo integrador das universidades recém criadas e destinadas à investigação científica pura. Não se previa aí a formação de profissionais, muito menos a formação de professores para a escola secundária. Entretanto, a falta de uma instituição voltada precípuamente à formação de professores, e as dificuldades encontradas no âmbito das próprias universidades para que as faculdades de filosofia realizassem a sua “missão”, levaram a faculdade de filosofia a se constituir em *locus* institucional privilegiado da formação de professores para a escola secundária, dentro e fora da universidade

---

<sup>1</sup> Texto baseado na Tese de Doutorado: *A formação do professor para a escola secundária e sua localização institucional: da faculdade de filosofia ao instituto superior de educação. A referência da formação do professor de Geografia*, defendida pela autora no Programa de Pós-Graduação do Departamento de Geografia -FFLCH-USP, em 2003.

É fato reconhecido que o desenvolvimento do ensino superior no Brasil se caracterizou pelo estabelecimento de um setor público organizado basicamente sob a forma de universidade, e um setor privado que se expandiu inicialmente como instituições isoladas a partir do início dos anos 60. Grande parte das instituições privadas que surgiram nesse período eram faculdades de filosofia que ofereciam cursos de licenciatura. Essa expansão se acentuou com a criação das licenciaturas curtas polivalentes a partir da aprovação da Lei da Reforma do ensino de 1º e 2º graus 5.692/71.

O modelo básico de formação de professores para a escola secundária no País, se caracterizou, historicamente, por uma organização curricular que previa dois conjuntos de estudos congregando, de um lado, as disciplinas técnico-científicas e de outro, as matérias didático (psico)-pedagógicas. Entretanto esse modelo acabou por adquirir características distintas em função do caráter, natureza e organização institucional onde foi desenvolvido. Nas universidades, sobretudo públicas, via de regra, o bacharelado se configurou como opção privilegiada que permitia, como apêndice o diploma de licenciatura. Nas instituições isoladas, configuradas como faculdades de filosofia predominantemente associada à iniciativa privada, as licenciaturas se constituíram como cursos individualizados que posteriormente se segmentaram com o advento das curtas licenciaturas.

Atualmente, no Estado de São Paulo, enquanto a educação básica é oferecida principalmente pelo setor público a formação de professores é realizada majoritariamente pelo setor privado de ensino superior. Somente 5,5% das vagas no ensino superior são oferecidas pelo setor público estadual e federal, 3.9% pelas instituições municipais e 90% pelo setor privado (leigo e confessional), das 499 instituições de ensino superior 459 são privadas (MEC/INEP, 2002). Cerca de 95% do professores da rede pública estadual são formados em cursos de licenciatura nas instituições privadas. É fato reconhecido a baixa qualidade desses cursos, tendo em vista que na maioria dessas instituições a organização curricular seguiu, durante anos, o modelo das “pequenas” licenciaturas.

Por outro lado, na universidade pública bacharelado e licenciatura têm, historicamente, se constituído como cursos separados com pouca ou nenhuma relação entre si, colocando a licenciatura numa situação de

---

<sup>2</sup> Faculdade de Educação – USP

inferioridade, ou seja, o curso técnico-científico merecendo maior importância enquanto a licenciatura se caracteriza como um curso complementar e secundário.

Nesse momento de reformulação dos cursos de formação de professores, tendo em vista a reforma educacional em curso no País, as instituições privadas de ensino superior que tradicionalmente têm oferecido esses cursos estão preterindo esses em favor de outros mais rentáveis. Além disso os cursos de licenciatura têm progressivamente apresentado baixa demanda sobretudo em Geografia.

### **Dos anos 1980 à situação atual**

Desde os anos de 1980 em função da crise econômica global houve uma diminuição estrutural da demanda por ensino superior em todas as áreas estabelecendo, no âmbito do mercado educacional, um cenário de acirrada concorrência. A estratégia de sobrevivência institucional utilizada pelas instituições privadas foi a de diversificação da oferta de cursos associada a um processo de fusão/incorporação de instituições isoladas e transformação de muitas dessas instituições em universidades e centros universitários.

Em 1975, no Estado de São Paulo, existiam aproximadamente 90 instituições isoladas constituídas como faculdades de filosofia, ciências e letras que mantinham cursos de formação de professores, particularmente de Geografia. Em 2002 restaram apenas 20 instituições, a maioria delas foi incorporada nos processos de fusão de instituições e os cursos de formação de professores, via de regra, foram suprimidos ou descontinuados (suspensão temporária) com a criação de outros cursos mais sensíveis à demanda de mercado e mais rentáveis como na área de administração e negócios, ciências da computação, turismo, etc. Isso só foi possível graças à autonomia atribuída às universidades tanto públicas quanto privadas, pela Constituição Federal de 1988 e pela LDBEN 9.394/96, permitindo maior flexibilidade na criação e/ou extinção de cursos.

Segundo pesquisa do Núcleo de Estudos sobre o Ensino Superior da USP (SAMPAIO, 1998) a tendência geral na dinâmica de extinção e abertura de cursos de graduação nas recém criadas universidades privadas é a substituição dos cursos de licenciatura por outros mais

voltados para a formação de caráter liberal e outros de perfil mais vocacional. Além disso, o estudo aponta para as mudanças importantes que ocorreram no mercado ocupacional que passaram a reordenar a escala de prestígio das profissões o que influenciou nas opções profissionais dos aspirantes ao ensino superior. Assim, o desprestígio histórico da profissão docente articulado às novas exigências do mercado ocupacional seriam contributos da crise da demanda que os cursos de licenciatura vêm enfrentando nos últimos anos.

Nos anos 80 e 90 temos um processo de retração da oferta de educação superior com uma tendência de oferta seletiva de cursos e saberes específicos comandado pelo mercado e para o mercado. A questão da oferta e da demanda por educação superior não é unívoca mas fruto de uma dinâmica social e territorial (Santos & Silveira, 2000). Nesse sentido há uma relação entre oferta e procura, ou seja, a criação de uma oferta acaba por gerar uma pressão para aumentar a demanda. Na medida em que não existe oferta, ou existe uma oferta restrita de cursos de licenciatura, não gera uma demanda fazendo com que possíveis candidatos a esses cursos sejam desviados para outras carreiras.

Segundo dados do INEP, atualmente são formados 84 mil professores/ano, é preciso formar 230 mil professores/ano em função do crescimento do ensino fundamental e médio. Quem vai formar esses professores? O setor privado está restringindo a oferta e o setor público tem, historicamente, uma oferta restrita sem perspectivas de aumento substancial.

No Estado de São Paulo a formação de professores, e particularmente a formação do professor de Geografia, esteve “reservada” ao setor privado que tem mostrado que num cenário marcado pela concorrência acirrada no mercado educacional, os cursos de licenciatura, considerados menos nobres, estão sendo “descartados” em favor de uma oferta seletiva de cursos voltados para carreiras de maior prestígio/demanda e retorno financeiro.

A concorrência no mercado educacional deve se acirrar ainda mais. EUA, Austrália e Nova Zelândia solicitaram a inclusão do ensino superior entre os 12 serviços inseridos no Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços da Organização Mundial do Comércio – OMC, com o menor número possível de restrições aos fornecedores, permitindo a abertura de

*campi* ou fusão com outras escolas nas nações em desenvolvimento, podendo oferecer seus “produtos” independente de qualquer análise do conteúdo do curso. Essa situação esvaziaria a função reguladora do Ministério da Educação prevalecendo as regras internacionais de transações comerciais (RODRIGUES, 2003).

Segundo a OMC essa situação deve estar resolvida até 2005 para se concluir um tratado. Algumas hipóteses estão sendo levantadas como a de que as nações em desenvolvimento convocadas a abrir seus mercados às empresas educacionais estrangeiras devem barganhar, por exemplo, leis de protecionismo agrícolas mais brandas em troca de mercado para o ensino superior. Diante dessa situação é bem possível que os cursos de licenciatura estejam definitivamente descartados pelas instituições privadas de ensino superior sobretudo aqueles que possuem baixa demanda como a licenciatura em Geografia.

### **Propondo e finalizando**

*A Declaração Mundial sobre Educação Superior no Século XXI*, principal documento redigido durante a Conferência Mundial de Ensino Superior que reuniu cerca de 4 mil participantes, assinala que a educação superior deve ser considerada como um bem público e portanto contrária à mercantilização do ensino e da educação.

Na medida em que a formação de professores se constitui numa necessidade e exigência social frente ao reconhecimento do papel estratégico dessa profissão do ponto de vista de sua contribuição para o desenvolvimento econômico e social do País, o setor público estatal deve chamar para si essa formação.

Considerando que a reforma educacional prevê um novo modelo curricular e institucional ( o Instituto Superior Educação) de formação de professores para a escola básica, é urgente e necessário uma revisão do processo de expansão e diversificação do ensino superior no País, sobretudo do setor público, promovendo a criação de institutos ou escolas superiores de educação públicos, gratuitos e de qualidade. Não é mais possível que a expansão do ensino superior de faça através do modelo de universidade que demonstrou ser tão oneroso como inviável. Haveria que se pensar na criação de instituições isoladas que poderiam funcionar em estreita colaboração com as universidades, através de “unidades autônomas associadas” que oferecessem cursos de formação de

professores nas diferentes áreas do conhecimento, como um incentivo para o aumento da demanda dos cursos de formação de professores, em especial para os de menor procura como os cursos de Geografia.

Mais do que uma mudança curricular dos cursos de licenciatura o que está em jogo é a própria sobrevivência desses cursos. A exigência legal de uma nova instituição formadora de professores para a escola básica pode assegurar a regularidade e a permanência desses cursos, sobretudo, a partir de sua constituição como instituição pública gratuita e de qualidade. Nesse sentido, estaríamos produzindo uma distribuição mais eqüitativa da educação superior para a população brasileira.

## REFERÊNCIAS

MINISTÉRIO da Educação e do Desporto. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. **Cadastro das Instituições de Educação Superior**. Disponível em < <http://inep.gov.br>. acesso em 28 jul.2002.

SAMPAIO, Helena. **Universidades privadas: características institucionais e acadêmicas**. Documento de Trabalho 12/98. Núcleo de Pesquisa sobre Ensino Superior da Universidade de São Paulo, 1998.

SANTOS, Milton & SILVEIRA, María Laura. **O ensino superior público e particular e o território brasileiro**. Brasília: ABMES, 2000.

RODRIGUES, Leandro. A educação como negócio. **Ensino Superior**. São Paulo, ano 5 n. 54, p 14-17, mar.2003.